vinetur

França abre apoios até 10 000 euros para empresas afetadas pelos distúrbios de outubro

Pequenos restaurantes e empresas com menos de 50 trabalhadores podem candidatar-se em seis semanas se danos ou saques reduzirem a faturação em 25%

sábado, 21 de novembro de 2026



França alargou formalmente um novo programa de ajuda de emergência a pequenos restaurantes e outras empresas locais afetadas pelos distúrbios de outubro, abrindo caminho a apoios entre 1 000 e 10 000 euros para empresas que consigam comprovar uma quebra acentuada da faturação.

A medida foi criada por um decreto publicado na sexta-feira, 20 de novembro, no Journal officiel de la République française. Segundo o texto citado pelo Localtis, os apoios destinam-se às pequenas empresas mais afetadas pelos danos e saques relacionados com as manifestações entre 17 e 19 de outubro. Os restaurantes estão explicitamente incluídos entre os setores abrangidos, um aspeto significativo para o setor da restauração, numa altura em que os operadores se preparam para o final do ano após semanas de atividade perturbada.

O programa abrange empresas com menos de 50 trabalhadores, incluindo empresários em nome individual. Para serem elegíveis, as empresas têm de comprovar uma quebra de faturação de pelo menos 25% face à sua atividade de referência. Têm também de apresentar prova de que participaram o sinistro à seguradora e apresentaram queixa à polícia. As candidaturas devem ser submetidas no prazo de seis semanas através da plataforma Démarche numérique do Governo.

As associações sujeitas ao imposto sobre o rendimento das sociedades também são elegíveis. As candidaturas serão analisadas por comissões regionais presididas pelos prefeitos, com o apoio dos serviços das finanças públicas e dos serviços regionais do trabalho e da economia.

Para os restaurantes e outras pequenas empresas de hotelaria e restauração, a medida oferece liquidez a curto prazo num momento em que muitos operadores enfrentam danos materiais e perda de atividade. O Localtis noticiou que o apoio se soma a outras medidas já anunciadas pelo Governo francês, incluindo regimes de lay-off, diferimentos de impostos e contribuições sociais e um empréstimo da Bpifrance sem juros até 50 000 euros, destinado a ajudar as empresas a recuperar a tesouraria ou a repor existências antes do Natal.

O decreto surge numa altura em que as seguradoras apresentam uma primeira estimativa consolidada dos custos da violência. A France Assureurs, a federação do setor, afirmou na quinta-feira, 19 de novembro, que os distúrbios de 17 e 18 de outubro deverão gerar 207 milhões de euros em prejuízos cobertos por seguros, relativos a 5 280 sinistros. A federação indicou que o valor se baseia nos dados dos sinistros recolhidos até 12 de novembro e ainda poderá sofrer alterações à medida que

os processos forem analisados e os peritos concluírem as avaliações.

Segundo a France Assureurs, 95% do total, ou seja, 198 milhões de euros, dizem respeito a prejuízos materiais sofridos por profissionais, relativos a 4 050 sinistros. Os prejuízos de particulares foram estimados em 3,5 milhões de euros, relativos a 370 sinistros. Os danos em veículos foram estimados em 6 milhões de euros, relativos a 860 sinistros.

Florence Lustman, presidente da France Assureurs, afirmou numa declaração de 19 de novembro que o custo era invulgarmente elevado, tendo em conta a curta duração dos acontecimentos. A federação disse que o montante se aproxima dos 209 milhões de euros associados aos motins de 2005 e dos 256 milhões de euros ligados aos protestos dos Coletes Amarelos de 2018-2019, ambos prolongados por um período muito maior. Continua, contudo, bastante abaixo dos cerca de 800 milhões de euros em prejuízos cobertos por seguros causados pelos distúrbios urbanos do verão de 2023, após a morte de Nahel Merzouk.

Para as empresas afetadas, porém, a estimativa oficial não resolveu um problema mais imediato: as indemnizações estão a demorar a chegar a muitas lojas. O Localtis noticiou que comerciantes nas imediações das manifestações continuam à espera de indemnizações das seguradoras ou de apoios públicos, enquanto a sua situação financeira se agrava.

A CCI France indicou que 2 488 empresas já tinham sido afetadas em 17 de outubro. Para além de montras partidas, furtos e outros danos visíveis, a rede das câmaras de comércio estimou que as empresas situadas perto das zonas de protesto sofreram quebras de faturação entre 60% e 80% face a um sábado normal.

Nicolas Papazian, presidente da federação Marseille Commerces Hauts de Rome, disse ao Localtis que, até ao momento, pouco se concretizou em termos de apoios ou indemnizações dos seguros. Acrescentou que algumas empresas estão a receber montantes muito inferiores aos prejuízos efetivos, consoante as condições dos contratos de seguro.

Essa diferença é tão relevante para os restaurantes como para as lojas. Uma empresa só poderá receber apoio estatal se documentar a quebra de faturação exigida e cumprir os procedimentos de participação à seguradora e queixa à polícia. Mesmo nesse caso, o apoio está limitado a 10 000 euros, um valor que poderá cobrir apenas parte dos prejuízos de empresas que perderam equipamento, existências ou semanas de clientes.

Papazian afirmou também que existe uma questão mais ampla relacionada com a classificação dos acontecimentos nas apólices de seguro. Alguns contratos excluem danos relacionados com motins, o que levanta a possibilidade de litígios que poderão prolongar-se durante meses ou mais, antes de os sinistros serem resolvidos.

A France Assureurs afirmou que já foram efetuados alguns primeiros pagamentos, sobretudo nos casos em que não foi necessária uma peritagem. A federação tinha também alargado de cinco para 30 dias o prazo para participar sinistros, com efeitos a partir de 19 de outubro, e anunciado medidas para acelerar os pagamentos por conta.

As autoridades regionais da Provence-Alpes-Côte d’Azur lançaram medidas próprias de apoio. O Localtis noticiou que a região reativou o fundo Solidarité commerces pillés, criado inicialmente durante os motins de 2023, com o apoio do departamento de Bouches-du-Rhône, da autoridade metropolitana de Aix-Marseille-Provence e do grupo de transporte marítimo CMA CGM. Foi disponibilizado um total de 12 milhões de euros para pagamentos fixos de 10 000 euros às empresas afetadas.

Os primeiros pagamentos foram anunciados na quinta-feira, 19 de novembro. No entanto, há divergências quanto ao avanço do processo. Papazian afirmou que apenas 50 candidaturas tinham sido aprovadas e que a maioria continuava pendente. Por seu lado, a região disse que mais de 300 processos já tinham sido tratados com a ajuda da câmara de comércio local.

Na quinta-feira, 19 de novembro, a mesma região anunciou também um plano de recuperação separado, que inclui apoios adicionais até 5 000 euros para empresas que tenham sofrido uma quebra acentuada da faturação, mesmo que não tenham sido saqueadas ou fisicamente danificadas. Outro apoio, também até 5 000 euros, destina-se a melhorar a segurança das lojas. O comité regional de turismo está ainda a

preparar uma campanha de comunicação para atrair novamente clientes aos centros urbanos.

Esta distinção é importante para as empresas de hotelaria e restauração. Muitos restaurantes poderão não ter sofrido danos diretos, mas ainda assim perderam uma parte significativa do movimento de clientes após os distúrbios, sobretudo nas zonas comerciais centrais. Papazian alertou que estas empresas já se encontravam numa situação frágil antes de outubro e que a quebra nas visitas de clientes poderá levar algumas à insolvência ao longo do próximo ano.

O debate sobre os seguros está também a contribuir para uma alteração regulatória mais ampla em França. O Localtis noticiou que o Governo está a finalizar um novo regime de seguros para danos relacionados com motins, ao abrigo da lei das finanças de 19 de fevereiro de 2026. O sistema deverá entrar em vigor em 1 de janeiro de 2027 e será automaticamente integrado nos contratos de seguro de danos em imóveis, com o apoio de um fundo gerido pela resseguradora estatal Caisse centrale de réassurance, ou CCR, segundo um modelo semelhante ao da cobertura francesa de catástrofes naturais.

Ao abrigo do futuro sistema, prevê-se que seja acrescentada uma contribuição de solidariedade de 0,8% aos contratos de seguro de danos em imóveis subscritos por famílias, empresas e autoridades locais. O objetivo é tornar mais seguras as indemnizações a comerciantes e entidades públicas afetados por danos durante manifestações. Papazian disse, porém, ao Localtis que o novo regime não terá efeitos retroativos, pelo que as empresas afetadas em outubro não poderão invocá-lo para os sinistros atuais.

As autoridades locais continuam também à espera de informações sobre um fundo extraordinário separado, prometido pela ministra Françoise Gatel em 19 de outubro, para ajudar a reconstruir equipamentos públicos danificados.